

Constância Lima Duarte

**Imprensa feminina e feminista  
no Brasil: nos primórdios da  
emancipação**

## Resumo

O artigo apresenta, ainda que sucintamente, resultados e reflexões de uma investigação que realizei acerca da história intelectual das mulheres e do movimento feminista brasileiro que se encontram no livro *Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX* – dicionário ilustrado (2016). Como os jornais foram os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, encontram-se neles valiosas informações acerca da tradição literária das mulheres, da profissionalização das primeiras jornalistas e da conscientização feminina, bem como sobre os avanços e recuos da política educacional e a formação do novo público leitor. Ao se posicionarem ideologicamente, os jornais refletiram a dicotomia vigente, ora reiterando a fragilidade e a especificidade dos papéis sociais destinados à mulher, ora se empenhando em acompanhar a transformação dos tempos. A emancipação intelectual, política e social da brasileira ficou, assim, à mercê de forças contraditórias que, ao mesmo tempo em que a impulsionavam para frente, a queriam estacionada na ignorância e na dependência.

**Palavras-chave:** história intelectual da mulher; periódicos femininos e feministas; século XIX

## Résumé

Cet article présente, quoique brièvement, des résultats et des réflexions sur une recherche que j'ai faite à propos de l'histoire intellectuelle des femmes et du mouvement féministe brésilien et qui sont publiés dans le livre *Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX* – dicionário ilustrado (2016). Comme les journaux ont été les premiers et les principaux véhicules de la production féminine, on y trouve des précieuses informations sur la tradition littéraire des femmes, la professionnalisation des premières journalistes et la conscience féminine, ainsi que les progrès et les retraites de la politique de l'éducation et de la formation d'un nouveau lectorat. En se positionnant idéologiquement, les journaux reflètent la dichotomie qui existait, soit en montrant la faiblesse et la spécificité des rôles sociaux des femmes, soit en cherchant accompagner l'évolution des temps. L'émancipation intellectuelle, politique et sociale de la brésilienne a resté, donc, à merci des forces contradictoires qui or la poussaient en avant, or la voulaient parqué dans l'ignorance et dans la dépendance masculine.

**Mots-clés :** histoire intellectuelle des femmes ; les femmes et les revues féministes ; XIXe siècle

Em meio às turbulências políticas, midiáticas e jurídicas que assolaram o Brasil nos últimos meses, um fato mobilizou a atenção das mulheres em especial. Logo após a votação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, a revista *Veja* publicou um perfil de Marcela Temer, a esposa do vice-presidente Michel Temer, com o título “Bela, recatada e do lar” (LINHARES, 2016). O texto provocou imediata reação nas redes sociais principalmente por apresentar, como ideal de mulher, uma figura sem ambições profissionais apesar de formada em Direito, 43 anos mais jovem que o marido, dócil e submissa, dedicada única e exclusivamente a cuidar da família e da casa.<sup>1</sup>

Tal reportagem caberia perfeitamente nas páginas de uma revista feminina do século XIX, ou das primeiras décadas do XX, quando as mulheres ainda eram tratadas como *propriedade do pai ou do marido, e não tinham direito de se expressar. Hoje, quando o empoderamento está na ordem do dia, não é mais possível ver uma jovem de 30 anos ser assim retratada. Daí o repúdio ao retrocesso social e às características misóginas atribuídas à vice-primeira-dama. O valor de uma mulher não pode mais ser associado ao âmbito privado e a uma moral ultrapassada, apesar de tal pensamento ainda se manifestar hoje, quando nos tratam como minoria, fazem restrições aos nossos direitos duramente conquistados, ou nos culpabilizam por sofrer assédios e estupros.*

Enfim, esta introdução tem tudo a ver com a reflexão que ora apresento, resultado de investigações realizadas nos últimos anos acerca da história das mulheres, da literatura de autoria feminina e do movimento feminista no Brasil. Para apreender a produção intelectual das mulheres nas diferentes modalidades, e as especificidades de nosso movimento feminista em seu processo de desenvolvimento, foi preciso abarcar a produção letrada feminina como um todo, que se manifestou não apenas no formato ficcional e poético, mas também em crônicas, ensaios, memórias e escritos militantes. Os primeiros resultados dessa pesquisa encontram-se no livro, que tomou o formato de um dicionário ilustrado, intitulado *Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX*, publicado pela Editora Autêntica, de Belo Horizonte, em 2016<sup>2</sup>.

---

\* **Constância Lima Duarte** – Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>1</sup> A crítica não se dirige à esposa de Michel Temer, nem às mulheres que possuem um estilo parecido, mas ao fato de a revista ter apresentado tal modelo como “ideal”, sem dar à mulher o direito de ser como quiser sem julgamentos à sua moral ou capacidade.

<sup>2</sup> O estudo dos periódicos que circularam ao longo do século XX no país encontra-se em fase final de elaboração e deverá ser publicado em breve.

Foram muitas as descobertas que essa investigação propiciou. Dentre elas, que a literatura, a imprensa e a consciência feminista surgiram praticamente ao mesmo tempo no Brasil, no início do século XIX. Pois, quando as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, imediatamente elas se apoderaram da leitura, que por sua vez as levou à escrita e à crítica. E, independente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas, e da condição subalterna a que o sexo estava submetido, possibilitando o surgimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denúncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda hoje contêm. E, mais do que os livros, foram os jornais os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de publicidade, aglutinação e resistência.

O marasmo dos tempos coloniais – é sabido – só se rompeu com a vinda da família real, legítimo estopim para as mudanças que se faziam urgentes à sociedade brasileira. A convivência com a Corte, com os costumes importados da Europa – como a etiqueta, os modismos, o gosto pela literatura, os ideais socialistas – tudo isso a imprensa se encarregou de difundir, impondo à parcela mais esclarecida da elite o passo ditado pelo novo século. E as mulheres foram então especialmente beneficiadas. Se predominava a indigência cultural, o sentimento de inferioridade e a reclusão mourisca – resumida no velho ditado: “A mulher só deve sair de casa três vezes: para batizar, casar e enterrar” –, o quadro começa a mudar e vai deixando de ser “heresia social” instruir o sexo feminino.

Ao iniciar esta investigação, uma questão se impôs: jornais para mulheres ou jornais femininos? Afinal, esta é uma imprensa que se define pelo sexo de suas consumidoras, pois a elas se dirige e para elas é pensada. Da mesma forma, a imprensa feminista, que se diferencia por denunciar a opressão e exigir direitos civis e políticos. Como ambas as construções tiveram participação decisiva na formação intelectual da mulher, e enfim, de sua própria identidade, decidi examinar o conjunto de periódicos independentemente de terem sido escritos ou dirigidos por homens ou mulheres, e de se identificarem ou não ao discurso feminista.

E aos poucos, como quem monta um grande mosaico, recolhi títulos, datas e nomes dos (e das) que ensaiaram as primeiras investidas. O volume de informações reunido no dicionário pode surpreender: são 143 jornais e revistas femininos e

feministas que circularam no Brasil ao longo do século XIX. Mas, quero crer, devem representar a ponta de um *iceberg*, pois muitos outros devem ter também existido e se perderam por falta de conservação ou interesse. O material surpreende, ainda, pela multiplicidade de títulos e a larga amplitude alcançada no território nacional. Pois esta imprensa tensionou a opinião pública não só no centro, como também nas periferias; circulou no litoral, no interior, na metrópole e nas mais afastadas províncias.

Também os títulos merecem ser observados pois revelam as limitações dos periódicos. Muitos trazem nomes de flores (como *Tulipa, Lírio, Violeta*); ou de pequenas aves e insetos (*Colibri, Beija-Flor, Borboleta*) ou se referem a objetos identificados ao público a que se destinavam (*Leque, Grinalda, Brinco*). Foram muitos os Espelhos: *das Belas, das Brasileiras, Fluminense...* E muitos os Jornais: *das Moças, das Senhoras, das Damas...* Mas alguns romperam os estereótipos – como *República das Moças, Escrínio, O Porvir, Ave Libertas e A Mensageira* – e surpreendem ainda hoje pelo cuidado editorial e o teor das mensagens que divulgam.

Conhecer tais documentos conduz a novas reflexões acerca da tradição literária das mulheres, da profissionalização das primeiras jornalistas, da conscientização feminina, além de revelar as estratégias utilizadas para driblar a censura e se expressar publicamente. Permite também conhecer os avanços na política educacional e a formação do novo público leitor, entre outros aspectos.

Mas antes que a autoria feminina protagonizasse os próprios periódicos, alguns homens de imprensa atentos às novidades e às mudanças de costumes, se apressaram em oferecer jornais destinados às leitoras. O primeiro título – *O Espelho Diamantino*, circulou no Rio de Janeiro de 1827, fundado por Pierre Plancher, que logo na primeira edição faz uma afirmação bombástica: conservar as mulheres “em estado de estupidez, pouco acima dos animais domésticos é uma empresa tão injusta quanto prejudicial ao bem da humanidade”. Cabe observar que esse periódico surgiu no mesmo ano em que foi autorizada a abertura de escolas para meninas no país. Até então, as poucas que sabiam ler haviam aprendido em casa com os pais, com professoras particulares, ou nos conventos.

Outros jornais logo se seguiram: em São João Del Rei, MG, *O Mentor das Brasileiras* surgiu em 1829, defendendo com surpreendente ênfase o acesso das mulheres à educação e ao debate político; em São Paulo tivemos o *Manual das Brasileiras*; em Salvador, *O Despertador das Brasileiras*; e, em Recife, *O Espelho das*

*Brasileiras*. Chamo a atenção para o fato de os títulos dos primeiros jornais se relacionarem ao campo semântico da educação, revelando a ideologia patriarcal que os dominava. Ao se apresentarem como *Mentor*, *Farol*, *Manual*, *Despertador* ou *Espelho*, eles se colocam acima das mulheres, na condição de guias responsáveis pela mudança de seu *status quo*.

As primeiras iniciativas femininas que se tem notícia no Brasil surgiram em Porto Alegre, em 1833, sob a iniciativa da escritora Maria Josefa Barreto (1786?-1837), sob os títulos *Belona Irada contra os Sectários de Momo* e *Idade d'Ouro*. Ambos, francamente políticos, posicionavam-se a favor do Partido Conservador. E outros surgiram no mesmo ano, como *A Mineira no Rio de Janeiro* (1833), escrito do ponto de vista de uma mulher que não se identifica, e que faz enfáticos apelos “às Brasileiras” para que se envolvessem mais com a política.

Também não deixa de ser interessante observar que os primeiros periódicos dirigidos por mulheres não trataram de questões específicas do gênero. O clima conturbado que dominava o país durante o vazio de poder existente entre o reinado de Pedro I e Pedro II, levava também o “segundo sexo” – quisessem ou não os homens – a tomar partido e eleger a política como tema prioritário.

Na década de 1850 surgiu no Rio de Janeiro o *Jornal das Senhoras*, de Joana Paula Manso de Noronha (1819-1875), que circulou com relativo sucesso ao longo de quatro anos. Tendo como objetivo cooperar “para o melhoramento social e a emancipação moral da mulher”, o *Jornal das Senhoras* levantou a bandeira que a maioria dos periódicos também vai ostentar: a causa da instrução para as meninas. O leitor pretendido era a mulher, naturalmente, mas costumava dirigir-se também ao homem como forma de convencê-lo a aceitar (e a apoiar) o novo quadro que se desenhava para as jovens.

Em 1862, surge no Rio de Janeiro *O Belo Sexo*, de Júlia Sandy Aguiar, com o projeto de “provocar a manifestação feminina na imprensa, a favor do progresso social”. Em Minas Gerais, o primeiro a vir a público foi editado por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, nomeado *O Sexo Feminino*, em 1873, na cidade Campanha das Princesas. Ao se transferir para a Corte ela intensifica o protesto pela emancipação da tutela “eterna e injusta” que pesava sobre o gênero.

Os periódicos são, pois, surpreendentemente múltiplos em sua diversidade. Se há os assumidamente feministas, há também os assumidamente conservadores, os que

não se comprometem, os que se limitam ao “*divertissement* do belo sexo”, e os que visam a jovem casadoura ou a mãe de família. Há também os que trazem um pouco de tudo em suas páginas: poesia, romance, moda, charadas e escritos militantes... Muitos, dentre os dirigidos por homens, deram voz e vez às mulheres – como o *Mentor das Brasileiras* (1829-1832), já citado, e *O Porvir* (1877), de Campinas, São Paulo. Nesse último, o editor comparou a opressão vivida pelas mulheres ao regime escravocrata e ainda denunciou os disfarces usados pelos homens para submetê-las ao seu jugo. Como Machado de Assis, alguns jornalistas consideravam a imprensa uma escola em potencial – legítima “república do pensamento” –, capaz de fornecer às mães e esposas, informações úteis sobre elas mesmas e o contexto em que viviam.

A partir daí os jornais se sucedem e se posicionam ideologicamente, ora mais tradicionais, louvando as virtudes domésticas e as qualidades femininas; ora de caráter progressista, defendendo os direitos das mulheres. A pesquisa tentou observar sempre o horizonte pretendido por cada periódico: não só *a quem* se dirigia, mas *como* se dirigia às leitoras.

O apelo por educação, presente na maioria deles, era mais que pertinente. Até a década de 1870, poucas brasileiras estavam alfabetizadas, pois a opinião patriarcal dominante se opunha com firmeza à instrução feminina e às mudanças de comportamento que daí podiam advir. O Censo Demográfico de 1872 (IBGE), o primeiro realizado no país, contém dados interessantes. O Brasil tinha 81,43% da sua população livre analfabeta; e apenas 19,85% dentre os homens e 11,5% dentre as mulheres eram alfabetizados. Dentre os escravos, menos de 1% sabia ler, e a maioria residia na Corte. Os jornais e revistas destinavam-se, portanto, às poucas brasileiras que começavam a superar a reclusão doméstica, a frequentar teatros, saraus e a apreciar literatura.

Diante de tal quadro, compreende-se porque os liberais defendiam a melhoria do sistema de ensino, pois viam a educação como necessária ao progresso do país. Ainda assim, o acesso das mulheres à escola secundária e superior enfrentou forte resistência por parte dos que consideravam tais estudos desnecessários para as jovens. O androcentrismo da família patriarcal que reservava aos homens os benefícios da cultura e se encarregava de excluir as mulheres desse universo, acabou impondo uma educação diferenciada como forma de respeitar as “diferenças biológicas e morais” de cada sexo, que vigorou por muitas décadas.

Em 1879, o governo abriu as instituições de ensino superior às mulheres, seguindo exemplos estrangeiros, e as primeiras brasileiras puderam ingressar nas Faculdades de Medicina e de Direito, apesar da hostilidade e preconceito dominantes. Mas apenas dez anos depois, com a proclamação da República, o Ministro da Educação revogou o acesso das jovens às universidades, atrasando em pelo menos três décadas o desenvolvimento das mulheres.

Em 1880, o Colégio Pedro II aceitou o ingresso de meninas, mas também por pouco tempo. Cinco anos depois, um novo diretor achou por bem transferir as quinze alunas matriculadas para estabelecimentos “mais adequados ao sexo”, voltando a atender somente aos meninos. (E apenas em 1927 o Pedro II voltará a aceitar a matrícula das jovens.) Ainda na década de 1880, eram poucas as instituições de renome, como o Liceu de Artes e Ofícios e o Liceu Santa Isabel, dirigido por Francisca Senhorinha da Mota Diniz, que ofereciam o curso secundário às meninas. E se esta era a situação educacional das jovens da elite, na principal cidade do país, pode-se imaginar como devia ser nas demais províncias.

Os jornais vão refletir – portanto – a dicotomia vigente: ou se empenham em acompanhar a transformação dos tempos; ou reiteram a fragilidade e a especificidade dos papéis sociais destinados à mulher. Ocorria muitas vezes, inclusive, de perspectivas antagônicas se confrontarem no mesmo periódico, e artigos investidos de tom progressista ficarem próximos de outros com ideias contrárias. A emancipação intelectual, política e social da brasileira esteve, assim, à mercê de forças que ora a impulsionavam para frente, ora a queriam estacionada na ignorância e na dependência. E à medida que se avança na história das mulheres contada pelos jornais, constata-se a força das estruturas limitadoras: Igreja, Estado, Família e Escola. Segundo Bourdieu (1999), foi através destas instituições que o patriarcado eternizou seu poder e legitimou a opressão sobre as mulheres. Tanto é verdade que quando se tornou conveniente valorizar a função materna, tendo em vista os altos índices de mortalidade infantil, a maternidade foi investida de uma mística religiosa e filosófica que naturalizou o papel da mãe, incentivou a amamentação e contribuiu para manter a mulher ainda mais apegada à família.

Os ideólogos do patriarcado brasileiro – aí incluindo homens e mulheres, filósofos, moralistas, jornalistas e médicos – determinavam em seus escritos os novos comportamentos. Com a entronização da “divina missão” materna como “guardiã

privilegiada” da família, a autoridade do pai parecia diminuir na proporção que a mãe aumentava seu espaço de poder. Ao enfatizar as “virtudes naturais” da mulher, e considerar a “educação moral” como a responsável pela maior consciência dos seus deveres, os autores terminam por contribuir para a construção e a cristalização de uma “mística feminina”<sup>3</sup> e tocar as mesmas teclas de outros pensadores, em tudo contrários a uma ampla emancipação da mulher. Segundo tal “mística”, o melhor destino era “viver a feminilidade”, ser “recatada”, “boa mãe” e “esposa exemplar”, o que restringia o mundo feminino aos limites do lar.

Daí tantos jornais criados por médicos, padres e jornalistas empenhados exclusivamente em convencer as mulheres, sobretudo às da elite, então indiferentes à criação dos próprios filhos, a se transformarem em mães dedicadas. O periódico intitulado *A mãe de família* (1879-1888), foi um que se destacou nessa linha, dentre outros. E não deixa de ser irônico: a maternidade, o fato novo que vai permitir à mulher elevar seu *status* na sociedade, é o mesmo que mais vai contribuir para seu afastamento do espaço público. Simone de Beauvoir (1980) foi precisa ao afirmar que a maternidade foi nosso *hand cap* e, Elizabeth Badinter (1985), que o amor materno foi um mito cuidadosamente construído para melhor controlar as mulheres.

Para nós, é fácil perceber, hoje, a manipulação ideológica desse discurso e suas consequências nas décadas que se seguiram. Da mesma forma, compreender os motivos que levaram tantas mulheres a ver no elogio da maternidade a fórmula mágica para escapar da condição desprezível em que a maioria vivia. Realmente, de “escrava doméstica” a “rainha do lar” parecia haver uma grande distância: tão grande que enganou a maioria, incluindo até as mais lúcidas.

Mas, a partir de 1870, ao lado de tantos periódicos conservadores, órgãos feministas também se multiplicam com uma rapidez espantosa, minimizando o isolamento e realizando uma espécie de rede de apoio e intercâmbio intelectual. De objeto da escrita masculina, as mulheres se tornam sujeitos pensantes, dotados de capacidade crítica e fazem da escrita a sua resistência. Muitos dentre os editados por elas, foram usados para se posicionarem politicamente a favor ou contra a Monarquia,

---

<sup>3</sup> A expressão “mística feminina” tornou-se por conhecida a partir do livro de Betty Friedan, *The feminine mystique*, de 1964, que justamente questionava o “problema sem nome” que afligia grande parte das mulheres nos Estados Unidos. Sua grande contribuição – a desmitificação da realização doméstica – representou uma nova arrancada do movimento feminista nos anos 60 e 70 em muitos países.

a favor ou contra a Revolução Farroupilha, a Constituinte, a Abolição ou a República, como *Idade d'Ouro* (1833), *República das Moças* (1879), *O Abolicionista do Amazonas* (1884) e *Ave Libertas* (1885). Ou para contestar o mandonismo patriarcal e o comportamento domesticado das mulheres, como *O Sexo Feminino* (1873-1889), *A Mulher* (1881-1883), *A Mensageira* (1897-1900) e *O Escrínio* (1898-1910), entre outros.

Os mais lúcidos e radicais propagavam enfaticamente que o gênero estava submetido ao fator econômico. Isto é: que a dependência financeira determinava a subjugação e que o progresso do país dependia de suas mulheres. Aliás, esta tese, que surge na Europa ainda no final do século XVIII, já está presente no primeiro livro de Nísia Floresta – *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832. E é abraçada pelas jornalistas empenhadas em ensinar às companheiras os seus direitos à educação, à propriedade, ao voto e ao trabalho. De leitoras a redatoras, elas abrem espaço às vozes antes reclusas às alcovas e empreendem a transformação perceptível no perfil dessa imprensa: de revistas de moda a órgãos de reflexão.

Para terminar, retomo a metáfora do *iceberg*, para dizer que os 143 jornais presentes no dicionário são a face visível de um vasto universo de papel construído para a leitora daqueles tempos: enquanto uns a informavam sobre as transformações históricas e sociais em processo, outros a distraíam da rotina dos afazeres cotidianos. Alimentado por fontes primárias raras ou de difícil acesso, ele tenta cumprir seu papel de mapa e norteador de novas pesquisas, e pretende preencher lacunas que persistem acerca da história da mulher brasileira na busca por seus direitos e na construção de sua identidade e de uma dicção literária própria.



## REFERÊNCIAS

- BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado** – O mito do amor materno. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v. 1.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.
- DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX**: dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Tradução de Áurea Weissenberg. Petrópolis: Vozes, 1971.
- LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Revista Veja**, São Paulo, 18 abr. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>>.
- Recenseamento do Brasil em 1872. **IBGE** – Biblioteca, Brasília, s.d. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=225477>>.